

Exmo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Fui convidado para administrador do BES, com o pelouro financeiro (CFO) pelo Dr Vitor Bento, no dia 4 de Julho de 2014. O projeto consistia em operar o 'turnaround' de um dos maiores bancos Portugueses. Encontrava-me a presidir ao IGCP e tinha a perceção de que o regresso da República Portuguesa ao mercado da dívida estava já estabelecido, em bases sólidas. Sendo minha intenção e da minha família permanecer em Portugal e não ter de voltar a emigrar no fim daquele mandato, já que tinha estado fora do país dezassete anos, o desafio profissional que me apresentava o Dr Vitor Bento parecia constituir, pelo seu conteúdo e esperada durabilidade, uma boa oportunidade profissional. O fortalecimento da equipa com o Dr José Honório, para Deputy CEO, só veio confirmar a minha decisão em aceitar esta nova missão.

A ideia era, então, que os novos administradores do BES seriam cooptados para o respetivo Conselho de Administração após a apresentação e aprovação das contas do primeiro semestre, previstas para o dia 25 de Julho, sendo tal cooptação submetida seguidamente a ratificação da Assembleia Geral que se encontrava convocada para dia 31 de Julho de 2014.

Sobre a situação do BES, e este ponto é importante para se entender o contexto, foi-nos transmitido que o banco era viável e que as possíveis necessidades de provisionamento das suas contas que adviriam de uma exposição do BES ao GES seriam acomodadas pela almofada de capital existente. Além da exposição ao GES, a exposição ao BES Angola era outra questão importante com que o Banco então se deparava. E, como já foi aqui explicado pelo Dr Vitor Bento, foi-nos transmitido que essa questão estava a ser tratada pelas autoridades dos dois países com boas perspetivas de ser clarificada no curto prazo e sem impacto material nas contas do BES

Como também já foi aqui explicado pelos Drs. Vitor Bento e José Honório, as circunstâncias à volta do banco levaram a que a nossa cooptação fosse abruptamente antecipada, embora com a condição de não participarmos na elaboração, aprovação e divulgação das contas relativas ao primeiro semestre de 2014.

Iniciámos assim as nossas funções de administradores do BES no dia 14 de Julho de 2014, cerca de duas semanas antes do prazo inicialmente estabelecido. Deparamo-nos com uma situação de liquidez mais complexa do que a que nos tinha sido antecipada, com saídas diárias de depósitos e outros recursos de clientes, principalmente em Portugal e em Espanha, com especial incidência em depósitos de grandes empresas. Constatámos também que existiam menos ativos disponíveis para poderem ser utilizados como colaterais para um rápido acesso a liquidez do que o que nos tinha sido explicitado. Por outro lado, a redução das linhas de mercado monetário interbancário e a situação de rating do banco aumentavam as dificuldades para obtenção de liquidez para o banco. Assim, a gestão da liquidez transformou-se, imediatamente, na primeira prioridade e passámos muito tempo, nessas nossas primeiras semanas, a procurar identificar e otimizar colaterais para poderem ser utilizados na obtenção de liquidez, da forma mais eficaz possível.

Essa otimização consistia, por um lado, em procurar aumentar o volume de ativos a serem considerados no grupo dos colaterais utilizáveis para obter liquidez, nomeadamente para utilizar em transações no mercado, e, por outro lado, em estudar a melhor forma de maximizar a liquidez a obter de cada um dos ativos do balanço do banco. Foram semanas muito difíceis em que tivemos de, muito rapidamente, nos adaptar a gerir uma tesouraria em cenário de crise, gerir ativamente a relação com as contrapartes do banco e com as agências de rating.

A contratação de um assessor financeiro para auxiliar o BES na avaliação das oportunidades de otimizar a estrutura do balanço e de reforçar os capitais do banco,

Deutsche Bank, foi feita logo no princípio da nossa segunda semana de permanência no banco, após havermos procedido a um processo de seleção que envolveu o pedido de apresentação de propostas de assessoria financeira, a sua receção, e a sua subsequente análise e avaliação.

Tudo isto ocorria, no meio de uma situação interna do banco bastante tensa, com a revelação quase diária de novos e inesperados problemas afetando a situação financeira do banco e de que aqui já foi dada conta. Entretanto, na noite de 30 de Julho foram divulgados os resultados do 1º semestre do BES. E, também como já foi explicado nesta Comissão pelos Drs. Vitor Bento e José Honório, fomos informados no dia 1 de Agosto à noite que o Banco de Portugal iria aplicar uma medida de resolução ao BES.

Acedemos a ficar na administração do banco novo que resultou da aplicação de uma medida de resolução ao BES porque entendemos, o Dr Vitor Bento, o Dr José Honorio e eu, que isso era um fator crucial, para possibilitar a abertura do novo banco na segunda-feira imediatamente a seguir ao dia em que o BES viu ser-lhe aplicada a medida de resolução e, facto que, a não suceder, poderia ter um efeito de dominó sobre o restante sistema financeiro. Foi nos também assegurado que seria possível constituir uma base acionista para o banco que então iria nascer, privada, sólida e estável e que nessas circunstâncias seria possível a esse novo banco ficar a operar como instituição no sistema financeiro, isto em resultado de uma alteração legislativa que foi então efetuada propositadamente para possibilitar esse efeito por via do Decreto-Lei nº114-B/2014, de 4 de Agosto.

Num contexto de adversidade, empenhámo-nos em gerir o melhor possível uma transição complexa e sem qualquer espécie de *road map* – dado que se tratava do primeiro processo de resolução aplicado na Europa sob um novo enquadramento legislativo e a um banco com uma quota de mercado muito significativa.

No meu campo de atuação particular enquanto administrador com o pelouro financeiro do Novo Banco (CFO), gostaria de destacar a necessidade de, na sequência da medida de resolução, ter de se cobrir um risco cambial de exposição passiva a USD, do Novo Banco na ordem dos 4,6 mil milhões, em resultado da passagem do crédito sobre o BESA para o Novo Banco. Esta cobertura teve que ser feita em condições muito adversas, numa situação em que as contrapartes analisavam cautelosamente os aumentos de exposição ao Novo Banco, na ausência de muita da documentação de suporte e sem apoio institucional.

Entretanto, e como é do conhecimento geral, o destino previsto para o Novo Banco afastou-se do projeto que nos havia levado a aceitar entrar para a administração do BES e de , após a medida de resolução, continuar à frente do Novo Banco pelo que entendemos que o testemunho deveria ser passado a uma equipa que estivesse vocacionada para a concretização de um mandato que havia sido entretanto clarificado.

Permitam-me que termine referindo que encontrámos no banco excelentes profissionais, cuja dedicação permitiu que as questões que se deparavam à nossa equipa na administração, por regra, com caráter de urgência, fossem sendo resolvidas em prazos muito inferiores aos que se poderiam esperar

Sras e Srs deputados, estou à vossa disposição para perguntas.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2104

João Moreira Rato

---